



TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E MOBILIDADE FORÇADA: O FLUXO MIGRATÓRIO DO MARANHÃO PARA O AGRONEGÓCIO

Matheus Sousa Barros¹

Sávio José Dias Rodrigues²

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da constatação da persistência do trabalho escravo contemporâneo como expressão das práticas degradantes impostas pelo capital no campo, práticas essas que sustentam e perpetuam esse fenômeno no Brasil, em especial no Maranhão. Levando em consideração da vulnerabilidade ao aliciamento para o trabalho escravo traçamos um sentido de discussão vinculado à um contexto marcado por um modelo de desenvolvimento que privilegia grandes projetos e o agronegócio, através dos processos de modernização e avanço das fronteiras agrícolas, alinhados às demandas do mercado global, em detrimento às populações do campo.

O processo de modernização nos territórios, as tensões e os conflitos agrários no Maranhão partem de um contexto histórico marcado pelas “políticas públicas” impulsionadas no território, principalmente com a evolução da economia maranhense e as frentes de ocupação no estado. A limitação ao acesso à terra, a produção da pobreza e a ausência de renda e de meios de produção integram esse processo, de modo que a precarização das relações de trabalho se insere em uma região caracterizada não apenas pelos conflitos e tensões, mas também pela concentração e distribuição da mão de obra escrava dentro e fora do estado.

Nesse escopo, compreende-se historicamente os processos de modernização e as transformações do território marcam a década de 1980, de acordo com Alves (2006), ocorrendo a

¹ Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (GEOPLAN Unicamp) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Território e Trabalho (GETTrab UFMA). Email: matheusbarros04@gmail.com

² Docente da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afrobrasileiros (LIESAFRO) e pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Território e Trabalho (GETTrab UFMA). Email: savio.jose@ufma.br

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 24/13616-4.



ampliação do processo de produção de mercadorias agrícolas, através do cultivo de grãos e da ramificação do setor agroindustrial. Esse modelo agroindustrial é impulsionado principalmente pela migração sulista em áreas do cerrado nordestino (Ferreira, 2008).

O Estado defende a espacialização do agronegócio, através do monocultivo da soja, milho e da produção de cana-de-açúcar. Esse processo reforça a concentração fundiária no estado e esse fenômeno será efetivado posteriormente, indicando a efetivação da injeção de capital estrangeiro no controle de terras. A partir desse momento de intensificação do capital no campo maranhense, o estado passou a protagonizar números alarmantes de conflitos no campo.

Esse período marca uma ressignificação do campesinato maranhense, com a “indústria” de grilagem de terras, a qual elevou conseqüentemente a violência no campo, em uma estrutura fundiária concentrada. Oliveira (2007) explica o processo de concentração da terra como um monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, no caso, a terra. Uma classe dominante detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção, arrendada ou não, absorvendo a renda capitalista da terra.

A modernização anunciada através da reprodução das relações capitalistas no campo, apontam para um cenário de degradação humana. O agronegócio é articulado para um processo de precarização fantasiado de progresso, onde o principal objetivo torna-se a tomada da força de trabalho para agricultura capitalizada e a sua expansão. Dessa forma, observamos detalhadamente as conseqüências desse processo de modernização e precarização no campo, afetando ao longo dos anos a vida do trabalhador nos levando a reflexão em relação à questão agrária maranhense.

METODOLOGIA

O presente trabalho resulta de um conjunto de pesquisas convergentes que têm como foco o estudo do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, articulando-se com investigações sobre processos migratórios e a identificação de ocorrências relacionadas a esse processo de precarização humana no estado. A partir da análise de dados, relatórios institucionais e referenciais teóricos, busca-se compreender as dinâmicas que envolvem o aliciamento de trabalhadores, os fluxos migratórios que os tornam vulneráveis a condições análogas à escravidão e as territorialidades que se constituem em torno dessas práticas. Essa convergência de pesquisas permite aprofundar a compreensão sobre as relações entre trabalho, migração forçada e violação de direitos humanos no Maranhão, contribuindo para o debate sobre a real situação do estado frente às problemáticas.



Além disso, a ressignificação do trabalho escravo, exposta por Rodrigues (2016), a partir da reprodução de novos rótulos, socialmente ajustados e adaptados ao cenário contemporâneo. As relações de domínio entre escravistas e escravos se mantêm escancaradamente; entretanto, tais relações formaram-se em um contexto histórico e social que ultrapassa o período pós-abolição da escravidão, até chegar à espacialização dos novos modos de trabalho no campesinato brasileiro.

O MARANHÃO AGRÁRIO: O AVANÇO DO CAPITAL E O CONFLITO PELA TERRA

O processo de modernização agropecuária, as tensões e os conflitos agrários no estado partem de um contexto histórico marcado pelas “políticas públicas” impulsionadas no território, principalmente com a evolução da economia maranhense e as frentes de ocupação no estado. Ressaltamos ainda que, devido à sua localização geográfica, em uma zona de transição, o estado do Maranhão possuía um bom aparato governamental, com a presença da SUDAM. As estratégias apresentadas para a territorialização do estado reforçam o objetivo de expandir a fronteira agrícola no Nordeste, assim como de absorver os excedentes da força de trabalho rural da região.

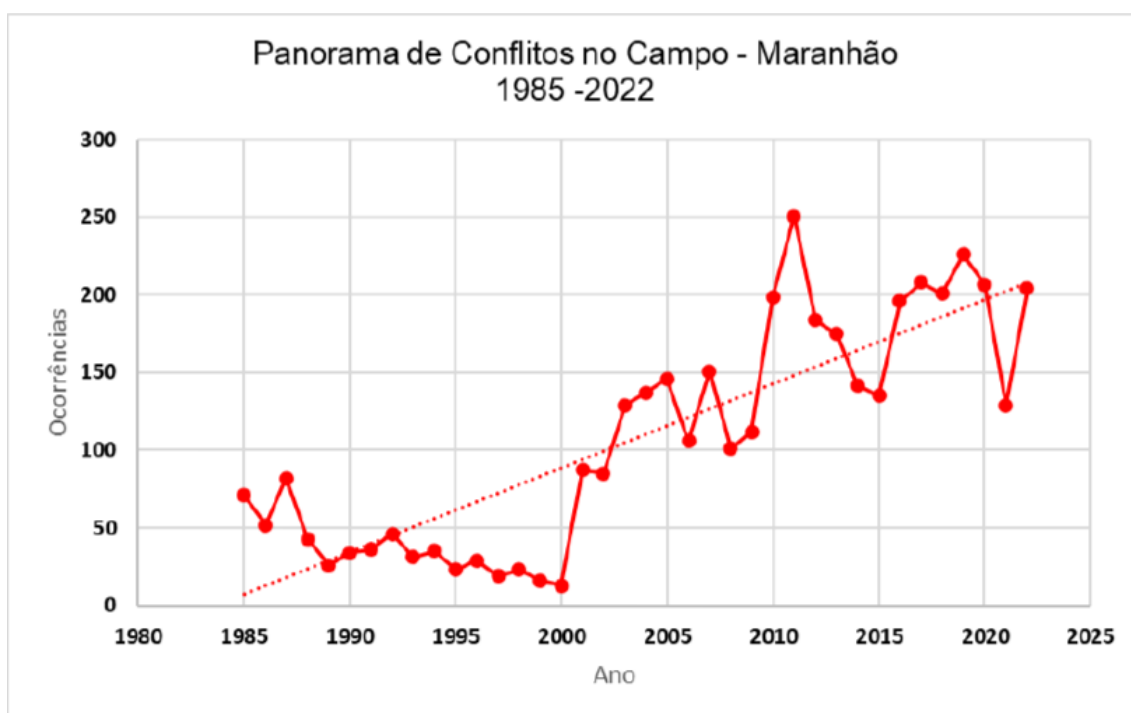
As políticas territoriais de ocupação e de exploração econômica no estado, a injeção do grande capital no território maranhense impulsiona a instalação de grandes projetos, como o Programa Grande Carajás, que inclui a Estrada de Ferro Carajás e o Polo Siderúrgico de Carajás, ligando o Porto do Itaqui em São Luís (MA) até Parauapebas (PA). Segundo Carneiro, a “infraestrutura ferroviária e portuária e a atuação da mineradora como articuladores de ações permitiram o desenvolvimento da siderurgia a carvão vegetal e a expansão da produção sojícola para os cerrados maranhenses” (Carneiro, 2013, p. 20). Esse fenômeno é compreendido por Rodrigues (2013) como “geografia do diabo”, a partir da inserção do território maranhense no discurso da globalização, bem como do avanço econômico sem o mínimo debate, o que produz consequências significativas.

Os projetos de desenvolvimento atravessavam o estado de norte a sul, com permissões e incentivos fiscais para a instalação de grandes empreendimentos com a infraestrutura necessária para exploração e escoamento das produções, sejam elas minerais, agrícolas, pecuárias ou industriais do próprio estado e dos estados vizinhos (Sant’ana Júnior, 2009).

A partir desse momento de intensificação do capital no campo maranhense, o estado passou a protagonizar números alarmantes de conflitos no campo. A figura 1, representa um gráfico que aponta historicamente a evolução dos conflitos ao longo dos anos:



Figura 1 - Panorama de Conflitos no Campo – Maranhão (1985 – 2022)



Fonte: Barros (2024). Dados extraídos do Caderno de Conflitos no Campo (CPT, 1985-2022 - Síntese Estatística).

O Caderno de Conflitos no Campo, da CPT, destaca os altos números em dados a partir de 1985, os quais apontam para 71 conflitos no estado, envolvendo 14.717 famílias, com 62.464 pessoas; os números mais detalhados indicam 19 mortos, 40 feridos, 50 presos e 99 casas destruídas. Os dados apresentados apontam para um dos principais fatores dessa situação crítica: a atuação do Estado.

Esse período marca uma ressignificação do campesinato maranhense, com a “indústria” de grilagem de terras, a qual elevou conseqüentemente a violência no campo, em uma estrutura fundiária concentrada. Oliveira (2007) explica o processo de concentração da terra como um monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, no caso, a terra. Uma classe dominante detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção, arrendada ou não, absorvendo a renda capitalista da terra.

A hipótese da incorporação de novas terras através do processo de expansão da região de fronteiras. Considera-se ainda que os proprietários só declaram áreas de suas propriedades como exploradas para que não tenham parcelas consideradas improdutivas; posteriormente, com o aumento



da demanda por terras, áreas improdutivas e não declaradas passam a ter utilização e a ser declaradas (Sodré, 2017, p. 109).

Dessa forma, a política agora é feita no mercado e o mercado global não existe como ator, mas a partir de uma ideologia, como um símbolo (Santos, 2001). Nesse caso, os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dessa forma, o avanço privado, em razão dos interesses empresariais e da busca pelo mercado de terras, colocará o Maranhão em um cenário de expropriação camponesa. Assim, “a própria lógica da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo” (Santos, 2001, p. 67)

Sousa (2024), aponta que o Maranhão tem sido palco de intensas transformações em razão dos inúmeros empreendimentos que nele se instalam, muitas vezes de forma violenta, resultando na perda de aspectos fundamentais para a reprodução social das comunidades locais e na fragilização desses territórios. Haesbaert (2005) discute esse processo ao abordar a desterritorialização do campesinato, evidenciando como tais dinâmicas impactam profundamente a vida no campo.

A organização do campesinato no espaço configura-se, sobretudo, como instrumento de luta, buscando preservar o contexto geográfico, atribuir significado ao território e garantir a continuidade de suas práticas culturais, religiosas e econômicas. Nesse sentido, a ruptura desses elementos, provocada pela expansão dos grandes empreendimentos, acaba por desestabilizar as redes sociais e os sentidos construídos historicamente por aqueles que habitavam e davam significado a esses lugares (Sousa, 2024).

A partir dessa análise, temos um estado em que seus conflitos alcançam o topo do ranking nacional e se destacam em um comparativo entre as ocorrências a nível regional. Ao longo dos anos, o Maranhão alcança elevados números de conflitos em paralelo ao processo da espacialização da agricultura capitalista.

AS VULNERABILIDADES DO(A) TRABALHADOR(A)

Na base do processo produtivo dessa região, encontra-se a questão agrária e um conjunto de relações de trabalho marcadas, sobretudo de acordo com Garcez (2020), pela precarização das condições de vida. A limitação no acesso à terra, a produção da pobreza e a ausência de renda e de meios de produção integram esse processo. Assim, de forma contraditória, a precarização do trabalho



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

torna-se elemento estruturante de uma região que, apesar de apresentar elevados fluxos de capital e integração ao mercado internacional, mantém relações de trabalho precárias.

O poder público maranhense realiza ações de combate ao longo dos anos, reconhecendo a historicidade do trabalho escravo no estado. Destacam-se entre elas, o Decreto Estadual de nº 22.996 de 20 de março de 2007, com a criação da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão (COETRAE, 2012), que reconhece o trabalho escravo no território maranhense, categorizando o esse fenômeno como resultado do modelo econômico excludente através dos processos produtivos do mercado globalizado.

O Plano Estadual de Enfrentamento faz parte de uma análise com dados estatísticos levantados pela própria CPT, sobre a espacialização do trabalho escravo no estado e no país. Destacam-se em números de trabalhadores resgatados com naturalidade e/ou residência na região oeste do estado com os municípios de Açailândia, Santa Luzia, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim e Buriticupu; ocorrências na região central do estado nos municípios de Arame, Bacabal, Grajaú e São Mateus; e ao leste maranhense com os municípios de Peritoró e Codó. Temos ainda os municípios com maior incidência de trabalhadores resgatados a partir do local de nascimento, onde se destacam regiões como: Codó, Pastos Bons, Açailândia, Imperatriz, Colinas, São Mateus, Santa Luzia do Tide, Passagem Franca, Itapecuru-Mirim, Barreirinhas, Timbiras e Pio XII.

Rodrigues (2017) destaca que o combustível para nutrir essas atividades é a pobreza e as condições de vida miseráveis produzidas nas diversas regiões do país. Dessa forma, uma das faces do trabalho escravo é a vulnerabilidade. O não acesso à renda, o desamparo das políticas públicas de assistência, os baixos níveis escolares e o impedimento no acesso à terra são elementos que contribuem diretamente com esse processo.

Esse panorama é observado no estado do Maranhão, o 12º estado mais populoso do Brasil, com 6.776.699 habitantes e o 8º maior em extensão territorial com 329.651,496 km², de acordo com o IBGE (2022). O que poderia manter o estado em números positivos, caminha na contramão com os índices sociais presentes em toda extensão territorial do estado.

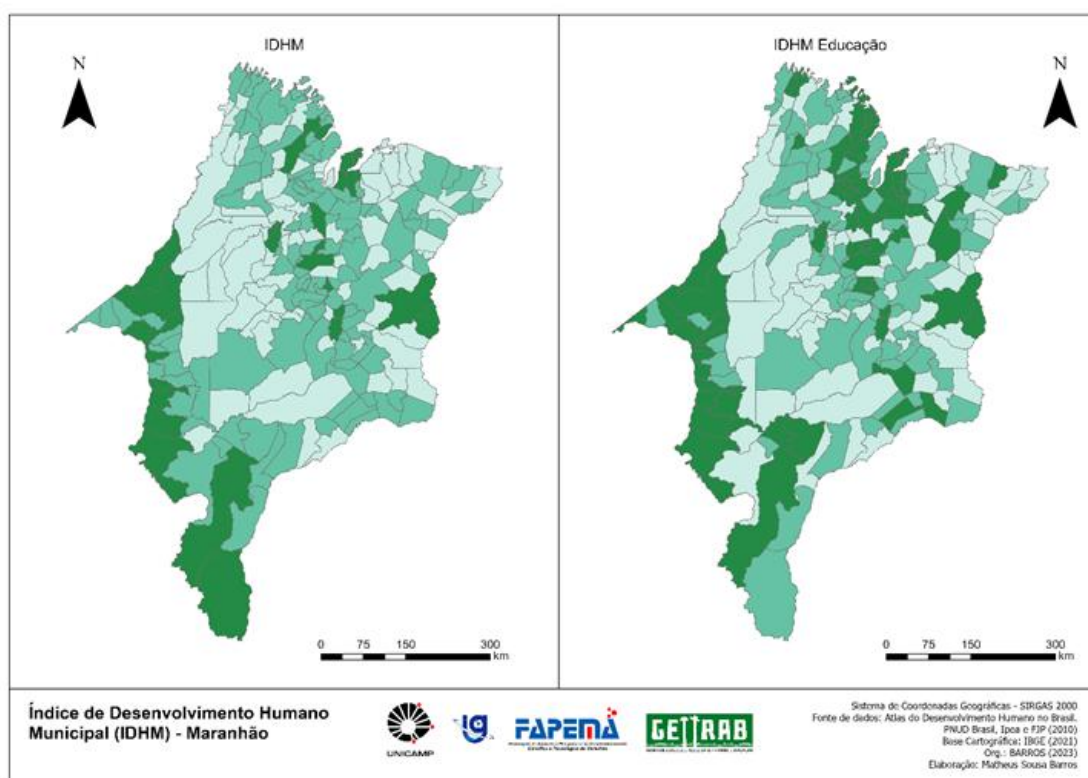
Atualmente, o cenário é dominado pelos índices baixos em relação aos outros estados da federação, ocupando a 27ª posição no ranking no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com um índice 0,676; de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2022). Além disso,



o estado ocupa 27ª posição com 0,603 em IDHM de Renda e o 16º nos índices do IDHM Educação, com 0.716.

A desigualdade é acentuada ao analisarmos a nível municipal a espacialização dos indicadores, conforme a figura 3, a seguir, demonstrados através do mapeamento dos IDHM's no Maranhão, sistematizado por Barros (2024), seguindo a métrica do mais claro, com os menores índices, para os mais fortes com maiores índices.

Figura 2 - Mapa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Maranhão



Fonte: Barros (2024). Dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010).

Dos 217 municípios maranhenses, apenas 4 possuem IDHM “alto” e 55 possuem IDHM “médio”, o mesmo ocorre quando com os indicadores educacionais, onde apenas 3 municípios possuem IDHM Educação “alto” e o maior agravante é que apenas 6 municípios possuem o indicador em escala “médio”. Os baixos índices de desenvolvimento apresentados, refletem diretamente em um cenário de precarização do sujeito e do trabalho degradante. Destacando uma prática comum ao

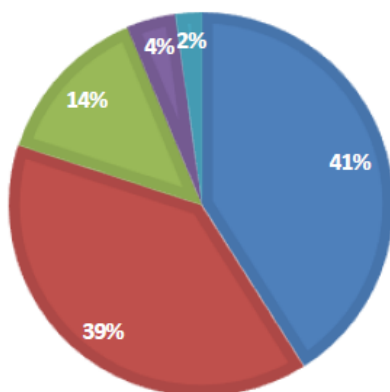


aliciamento, o engordo – promessas de boas condições de remuneração e trabalho para atrair a vítima (Figueira, 2011).

Figura 3 - Escolaridade dos(as) trabalhadores(as) resgatados(as) (2003-2017)

ESCOLARIDADE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) RESGATADOS(AS) (2003-2017) NATURAIS DO MARANHÃO

■ Analfabeto ■ Até 5º Ano Incompleto ■ 6º ao 9º Ano Incompleto
■ Fundamental Completo ■ Ens. Medio Incompleto



Fonte: SOUSA (2024). Dados extraídos: Observatório Smartlab MPT (2017).

Concretizamos essa compreensão destacando as práticas de aliciamento, Garcez; Barros; Rodrigues (2021), a partir da análise dos casos de trabalho escravo no Maranhão, através de um compilado de manchetes noticiadas em jornais para compreender o processo de vulnerabilidade e aliciamento:



Figura 4 - Levantamento dos trabalhadores resgatados conforme origem do trabalho



Fonte: Garcez; Barros; Rodrigues (2021).

Esse fenômeno de origem pode ser explicado pelos índices de desenvolvimento humano do estado. Reforçando a discussão, através dos grandes índices de analfabetos, a própria concentração de terras e as situações de conflitos, que implicam diretamente na espacialização dos trabalhadores resgatados nos municípios maranhenses e fora do estado. De acordo com Garcez et al. (2021), as reportagens falam de resgatados em pelo menos 40 diferentes municípios maranhenses, alguns deles aparecendo mais de uma vez, como Vargem Grande, Bacabal, Peritoró e Bom Jardim.

Nessa lógica, Oliveira (2002) aponta através da ideologia capitalista que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho, dessa forma para que o trabalhador garanta a sua sobrevivência, ele depende diretamente do capital. Assim, o capital cria o trabalho para a sobrevivência do trabalhador. Entretanto, até que ponto o capital está disposto a fornecer o trabalho digno para a sobrevivência do trabalhador em situação de vulnerabilidade?

O MARANHÃO E AS AMARRAS DO TRABALHO ESCRAVO AO LONGO DAS DÉCADAS

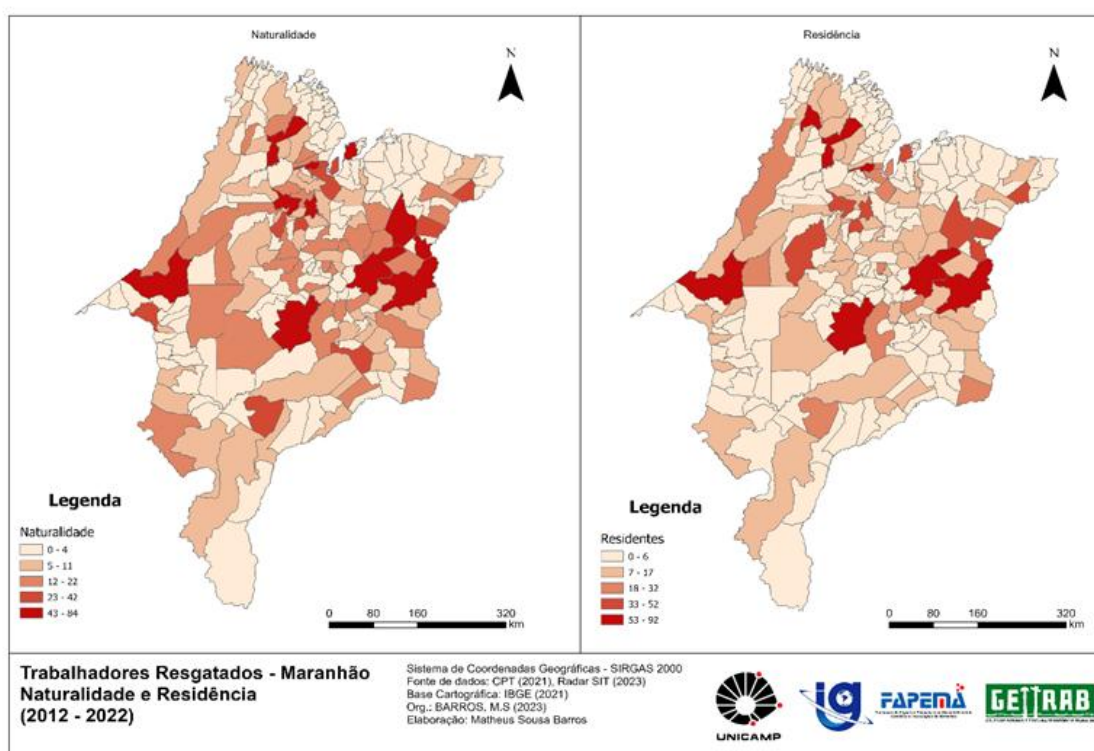
O Maranhão segue a lógica da concentração do capital em benefício dos grandes empresários do agronegócio, colocando o trabalhador do campo às margens da sociedade reforçando a sua situação



de vulnerabilidade. Atrrelados ao processo de conflitos pela terra, obtemos como fator resultante para essa equação, a expulsão do trabalhador e o seu aliciamento.

A figura 5, mostra a espacialização do trabalho escravo no Maranhão, a partir da naturalidade e residência dos trabalhadores por município, presentes ao longo dos últimos dez anos:

Figura 5 – Mapeamento dos Trabalhadores Resgatados com Naturalidade e Residência Apurada (2012 – 2022)



Fonte: Barros (2024). Dados extraídos do Caderno de Conflitos no Campo (CPT, 1985-2022 - Síntese Estatística) e RadarSIT (2022).

Além do cenário de vulnerabilidade social presente, acredita-se na ideia de um estado que está cercado pelo controle de terras através de grandes instituições do capital nacional e estrangeiro, vistas anteriormente, os cenários de conflitos, discutidos e a expropriação de terras do trabalhador do campo, são fatores de expulsão e atrativo para o trabalho escravo. Dessa forma, o Maranhão consolida-se nas primeiras posições dos rankings de ocorrências de trabalho escravo no país.

Apenas em 2013, o estado alcançou o topo do ranking de ocorrências relacionadas ao trabalho escravo, onde 225 trabalhadores foram resgatados com naturalidade maranhense. Essas ocorrências



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

correspondem a uma parcela total de 25,1% do cenário nacional, de acordo com os dados do Ministério do Trabalho. Destacam-se os municípios de origem: Chapadinha (26 casos), Barra do Corda (25) e Açaيلândia (11) trabalhadores resgatados.

Seguindo no topo do ranking em 2014, os dados da divulgados através da CPT apontam que cerca de 25,5% dos trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo contemporâneo tinham o Maranhão como estado de origem, estabelecendo com uma larga diferença dos estados seguintes: Bahia, Pará, Minas Gerais (respectivamente com 8,2%) e o Tocantins (6,0%), trazendo à tona ao estado o status de maior exportador de mão-de-obra escrava para o restante do país.

O Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar SIT, 2023), aponta que, de 2015 a 2018, cerca de 331 trabalhadores foram resgatados da situação de trabalho escravo e tinham como estado de origem o Maranhão, considerado um dos maiores picos de ocorrência entre os anos de 2012 a 2022. Os municípios de naturalidade e residência com maiores ocorrências registradas são: Codó com cerca de 20 trabalhadores, seguido dos municípios de Pio XII (19), Trizidela do Vale (18) e Barra do Corda (15). Relacionado ao quantitativo de trabalhadores resgatados dentro do estado nesses anos, os dados nos apresentam cerca de 211 trabalhadores retirados dessa condição, com números consideravelmente altos para os municípios de Paço do Lumiar (58 casos), Vargem Grande (34) e Brejo de Areia (22).

Sousa (2024), destaca a partir de observações em um dos municípios com ocorrências de aliciamento para o trabalho escravo que:

Hoje inúmeros jovens se submetem a situações de risco em lavouras de algodão e girassol no estado do Mato Grosso, que continua sendo o principal destino desses jovens. O estado do Mato Grosso que entre 1995 e 2016 teve 6.070 pessoas libertadas de trabalhos análogos a escravidão chama atenção ainda pela forma exploratória com que trata as pessoas e atrai pela facilidade de empregos na área. (Sousa, 2024. p. 24).

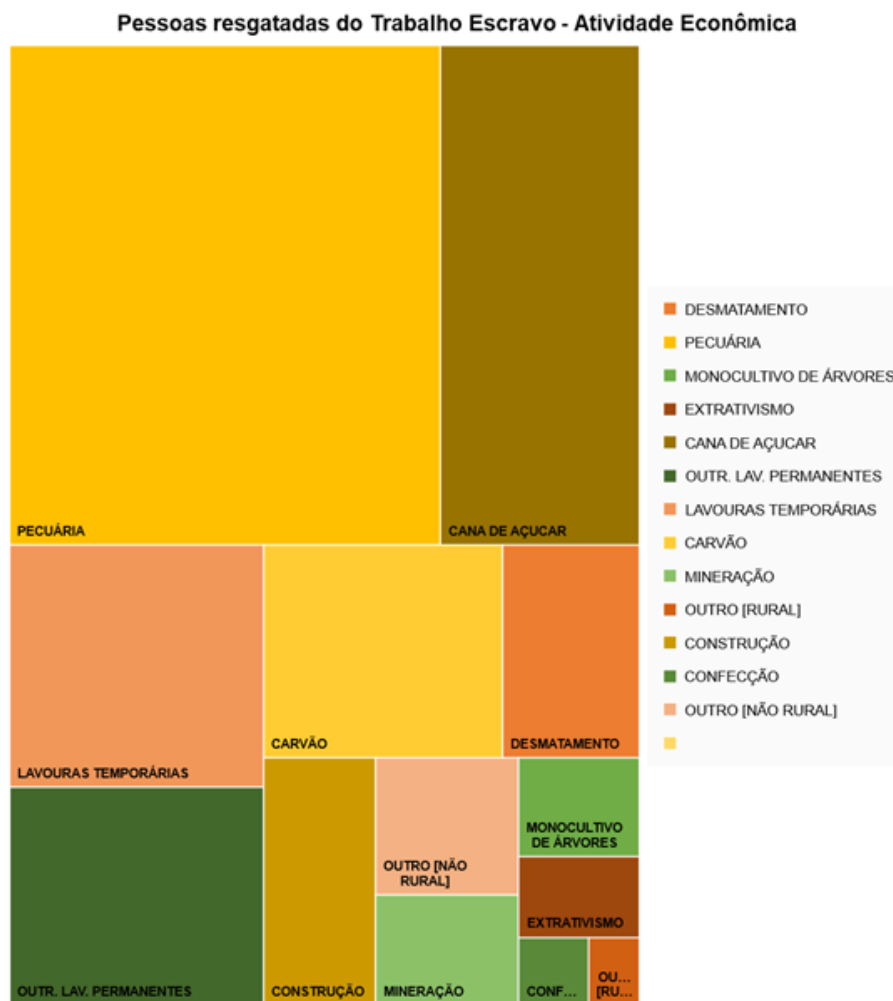
Faz-se necessário apresentar a dinâmica mobilidade do trabalho escravo, através de uma representação gráfica de uma rede, constituída por um conjunto de pontos (nós) que são ligados por segmentos (arcos). Estabelecendo as propriedades de centralidade através dos municípios que enviam e recebem mão-obra-escrava, a conectividade entres os municípios através do número da relação entre o local de resgate e naturalidade resultando nas suas ligações (Barros, 2024).



As condições materiais dos trabalhadores migrantes devem ser analisadas no âmbito da questão agrária, a qual se insere na dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista no meio rural brasileiro (Sousa, 2024). A relação capital-trabalho se intensifica diante das novas dinâmicas territoriais do capital, que busca reproduzir as condições de sua própria existência por meio de estratégias territoriais, conforme destaca Harvey (2006).

Nesse ciclo migratório, os atrativos de trabalho se diversificam entre vários setores, a figura 8 mostra os dados coletados entre 1995 a 2023, apontando um total de 61.929 pessoas resgatadas em situação de trabalho escravo dentro de alguma atividade econômica.

Figura 7 - Levantamento de trabalhadores resgatados do Trabalho Escravo por atividade econômica



Fonte: Barros (2024). Dados extraídos Síntese Estatística da CPT (1995-2023).



A partir desses números, destacamos as cinco principais atividades nas quais as vítimas estavam inseridas: cerca de 18.007 trabalhadores estão inseridos em atividades voltadas à pecuária, seguido das atividades voltadas para a cana-de-açúcar, com 13.148 pessoas envolvidas, atividades em lavouras temporárias (7.393), lavouras permanentes (6.128) e o carvão com 4.605 pessoas envolvidas (Radar SIT, 2023).

Théry (2009) enfatiza a concentração dessas ocorrências a partir da região central, leste e oeste do estado. Observando também novas frentes de avanço do trabalho escravo no Maranhão, principalmente ao norte do estado, relacionados a naturalidade e residência. Reforçando ainda que os estados citados fazem parte das áreas de expansão da fronteira agrícola, reafirmando a ideia de um corredor do trabalho escravo presente dentro das regiões do agronegócio (Barros, 2025), com atividades voltadas principalmente para a pecuária, cana-de-açúcar e lavouras temporárias, conforme apontado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho escravo contemporâneo no Maranhão é um fenômeno persistente e intrinsecamente ligado às práticas degradantes impostas pelo capital no campo, especialmente em um modelo de desenvolvimento que privilegia grandes projetos e o agronegócio. A modernização e o avanço das fronteiras agrícolas, alinhados às demandas do mercado global, ocorrem em detrimento das populações rurais.

Um fator estruturante para a perpetuação desse cenário é a limitação ao acesso à terra, a produção da pobreza e a ausência de renda e meios de produção para as comunidades camponesas. Isso resulta na precarização das relações de trabalho. O processo de modernização agropecuária, especialmente a partir da década de 1980, impulsionou a ampliação da produção de mercadorias agrícolas e o setor agroindustrial, muitas vezes com a injeção de capital estrangeiro e a defesa estatal da espacialização do agronegócio, o que reforçou a concentração fundiária no estado.

Essa intensificação do capital no campo maranhense tem levado a números alarmantes de conflitos agrários e violência no campo, com a proliferação da "indústria" de grilagem de terras. O estado do Maranhão se destaca nos rankings nacionais de conflitos, refletindo a desestabilização das redes sociais e a desterritorialização do campesinato. A lógica de empresas globais, focadas no mercado de terras e sem preocupações éticas, contribui para a expropriação camponesa.



A vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores maranhenses é um combustível primário para o aliciamento. O Maranhão apresenta baixíssimos índices de desenvolvimento humano (IDH), ocupando a 27ª posição no ranking nacional, com indicadores igualmente baixos em renda e educação. A desigualdade é acentuada a nível municipal, com apenas uma minoria de municípios possuindo IDHM "alto" ou "médio". Essa realidade de pobreza, baixo acesso à educação e ausência de políticas públicas de assistência, somada às promessas enganosas de trabalho "engordo", torna os indivíduos altamente suscetíveis à exploração.

O Maranhão não apenas sofreu com o trabalho escravo em seu território, mas também se consolidou como o maior exportador de mão de obra escrava para outras regiões do país, como Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e São Paulo. As principais atividades econômicas onde os trabalhadores resgatados são inseridos refletem o avanço do agronegócio: pecuária, cana-de-açúcar e lavouras temporárias. Isso reafirma a existência de um corredor do trabalho escravo dentro das regiões de expansão do agronegócio.

Em síntese, o cenário do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão é uma complexa intersecção de um modelo econômico excludente impulsionado pela lógica do capital, a concentração de terras, a violência agrária, e a profunda vulnerabilidade social e econômica de sua população, resultando na expulsão e aliciamento de trabalhadores para condições análogas à escravidão dentro e fora do estado. As ações de combate, como a criação da COETRAE, reconhecem a gravidade e a historicidade do problema, mas o desafio permanece diante das dinâmicas territoriais do capital que buscam a reprodução de sua própria existência através da exploração da força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. E. A.; **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

doi:10.11606/T.8.2007.tde-23042007-131621. Acesso em: 2025-07-11.

BARROS, S. M.; **Indo dali pra acolá: a constituição das redes migratórias do trabalho escravo no Maranhão para o agronegócio.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/19746. Acesso em: 11 jul. 2025.



COETRAE - **Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão.** Maranhão: Secretaria Estadual de Direitos Humanos, 2012. 42p.

FERREIRA, A. J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934. Acesso em: 11.07.2025.

GARCEZ, L. A. **MAPEAMENTO DE SITUAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO MARANHENSE:** apontamentos e tipologias a partir de pesquisa arquivística e iconográfica. Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. 54f;

GARCEZ, A. L., BARROS, S. M., RODRIGUES, D. J. S.; **Mapeamento de situações de Trabalho no Campo Maranhense:** Apontamentos e Tipologias a partir de Pesquisas Arquivistas e iconográficas. Revista de Geografia, vol. 38, nº 4, novembro de 2021, p. 217-33, doi:10.51359/2238-6211.2021.251394.

OLIVEIRA, U. A de.; **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

RODRIGUES, D. J. S.; **Quem não tem é escravo de quem tem:** migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2016.

RODRIGUES, D. J. S.; Trabalho escravo no Maranhão e Vulnerabilidade do Trabalhador. In: RODRIGUES et al. (Org.). **Temas da Geografia do Maranhão:** territórios e desenvolvimento regional. Lugar, educação e cultura. São Luís: Café&Lápis; Edufma, p.253-275. 2017.

SMARTLAB. **Observatório da Erradicação do Trabalho e do Tráfico de Pessoas. Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas.** Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>>. Acesso em: 11-jun-2025.

THÉRY, H *et al.* **Atlas do trabalho escravo no Brasil.** Amigos da Terra Amazônia. 2012. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00721498/> Acesso em: 11.jun.2025.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

THÉRY, H *et al.* **Geografia do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Nera, Ano 13, Nº. 17 – Julho/Dezembro De 2010 – ISSN: 1806-6755. p.7-28. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00597788/>. Acesso em: 11.jun.2025.

SOUSA, C. C. J.; **TRABALHO ESCRAVO, MIGRAÇÃO CAMPONESA E ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO ALICIAMENTO NO MARANHÃO E CEARÁ.** Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. 43f.